

Movimento Bem Maior

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores do
Movimento Bem Maior

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Movimento Bem Maior (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Movimento Bem Maior em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de maio de 2022, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de dezembro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Ricardo Ramos da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 196573/O-0

MOVIMENTO BEM MAIOR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em reais – R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.618.979	1.491.483	Fornecedores		14.678	-
Outros créditos	5	<u>28.191</u>	<u>18.029</u>	Obrigações fiscais		5.911	2.050
Total do ativo circulante		<u>2.647.170</u>	<u>1.509.512</u>	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		33.817	12.797
				Projetos a pagar	7	<u>429.072</u>	<u>752.750</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante			
Imobilizado	6	373	373			<u>483.478</u>	<u>767.597</u>
Intangível	6	<u>3.300</u>	<u>3.300</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		3.673	3.673	Provisão para Contingências	8	<u>269.907</u>	-
				Total do passivo não circulante		<u>269.907</u>	-
				PATRIMÔNIO SOCIAL			
				Patrimônio social	9	2.745.588	2.002.822
				Déficit do exercício		<u>(848.130)</u>	<u>(1.257.234)</u>
				Total do patrimônio líquido		1.897.458	745.588
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>2.650.843</u></u>	<u><u>1.513.185</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u><u>2.650.843</u></u>	<u><u>1.513.185</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais – R\$)

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS	10	<u>15.788.828</u>	<u>18.312.109</u>
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com projetos	11	(14.537.120)	(18.401.482)
Despesas com pessoal	12	(253.558)	(18.201)
Despesas administrativas	12	(1.963.714)	(1.187.891)
Impostos e taxas	12	(6.462)	(4.412)
Trabalho voluntário	12	<u>(7.334)</u>	<u>(8.381)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(16.768.188)</u>	<u>(19.620.367)</u>
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(979.360)</u>	<u>(1.308.258)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras		131.240	51.984
Despesas Financeiras		(10)	(960)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u><u>(848.130)</u></u>	<u><u>(1.257.234)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais – R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(848.130)	(1.257.234)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(848.130)</u>	<u>(1.257.234)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais – R\$)

	Nota Explicativa	Patrimônio social	Adiantamento Futura Integralização ao Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		2.400.000	1.450.000	(3.847.178)	2.822
Integralização patrimônio social		2.000.000	-	-	2.000.000
Integralização de Adiantamento de Contrib. ao patrimônio social		1.450.000	(1.450.000)	-	-
Incorporação do déficit do exercício		(3.847.178)	-	3.847.178	-
Déficit do exercício		-	-	(1.257.234)	(1.257.234)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>2.002.822</u>	<u>-</u>	<u>(1.257.234)</u>	<u>745.588</u>
Integralização patrimônio social	9	2.000.000	-	-	2.000.000
Incorporação do déficit do exercício	9	(1.257.234)	-	1.257.234	-
Déficit do exercício		-	-	(848.130)	(848.130)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.745.588</u>	<u>-</u>	<u>(848.130)</u>	<u>1.897.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais – R\$)

	Nota Explicativa	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit do exercício		(848.130)	(1.257.234)
Ajuste por:			
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8	269.907	-
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Outros créditos	5	(10.162)	(18.029)
Fornecedores		14.678	-
Obrigações fiscais		3.861	1
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		21.020	12.797
Projetos a pagar	7	(323.678)	252.750
Provisão para Contingências	8	-	-
Caixa líquido aplicado atividades operacionais		<u>(872.504)</u>	<u>(1.009.715)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de patrimônio social	9	<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>2.000.000</u>	<u>2.000.000</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>1.127.496</u>	<u>990.285</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.491.483	501.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	2.618.979	1.491.483
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>1.127.496</u>	<u>990.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MOVIMENTO BEM MAIOR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Movimento Bem Maior, daqui em diante designado simplesmente por Bem Maior ou Associação, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação sem fins lucrativos ou econômicos, político-partidários e religiosos, com prazo indeterminado de duração.

O Bem Maior tem como finalidade prestar assistência social e promover o investimento social, a cultura da doação e a filantropia de qualquer espécie, visando os seguintes objetivos primordiais:

- i. Elaborar projetos e ações que visem a proteção, valorização e difusão da filantropia e da cultura da doação, incluindo, mas não se limitando a realização de estudos, pesquisas, eventos, cursos, exposições, apresentações, cursos, treinamentos, debates, seminários, conferências, congressos, programas, publicações, entre outros.
- ii. Doar recursos físicos, humanos e/ou financeiros a programas, projetos e ações desenvolvidos por outras instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos.
- iii. Coordenar, executar ou coexecutar, e apoiar programas, projetos e ações de cunho assistencialista, educacional, cultural e de promoção de direitos humanos ou que promovam benefícios e/ou bem estar da população em geral.
- iv. Fomentar e financiar ações e iniciativas de impacto social, de modo a fortalecer tais projetos, podendo praticar quaisquer atos e atividades lícitas voltadas à assistência social, educação, direitos humanos e cultura, mesmo que não estejam listados no presente Estatuto.
- v. Identificar, produzir, gerenciar e disseminar informações e conteúdo sobre a filantropia e a cultura de doação, de modo a contribuir para a discussão qualificada e ampla sobre o tema.
- vi. Apoiar a atuação de movimentos sociais, organizações da sociedade civil, lideranças e outros atores políticos que atuem na promoção da filantropia e da cultura da doação ou demais atividades relacionadas.
- vii. Apoiar ações e iniciativas que estejam vinculadas ao atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs).
- viii. Promover ações de ensino, pesquisa, formação e capacitação, relacionados à filantropia ou a outros temas que digam respeito a seus objetivos.
- ix. Selecionar iniciativas de impacto social para receberem aporte de recursos, de modo a estimular e fortalecer tais ações, bem como monitorar a sua execução e avaliar o atingimento dos objetivos e metas estabelecidas.
- x. Promover a o desenvolvimento e a estruturação das iniciativas apoiadas, por meio de apoio técnico, financeiro, e a sugestão de estratégias de governança.
- xi. Firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria, colaboração ou fomento; e quaisquer outros instrumentos legais, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

- xii. Promover estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às suas finalidades, produzidos por si ou por terceiros, divulgando-os por quaisquer meios.
- xiii. Estabelecer articulação com o Poder Público para acompanhamento da formulação e execução de políticas públicas relacionadas à filantropia.
- xiv. Realizar captação de recursos para os seus projetos, através do recebimento de doações de doadores pessoa física e pessoa jurídica.
- xv. Receber contribuições, patrocínios, auxílios, dotações, subvenções, doações e legados de seus Associados e de outras pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.
- xvi. Utilizar-se de bens móveis e imóveis que lhe sejam disponibilizados, a qualquer título, por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, na forma que lhe for legalmente permitido.
- xvii. Constituir, associar-se, titularizar cotas do capital social ou ter participação acionária em outras associações, sociedades ou fundações, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração.
- xviii. Estabelecer e gerir fundos patrimoniais e outros recursos para financiar suas atividades.

2. IMPACTOS DA COVID-19

O surgimento do novo Coronavírus (“COVID-19”) na China desde janeiro de 2020 e sua rápida expansão global para muitos países, levou à classificação do surto viral desde 11 de março de 2020, como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS. O Bem Maior segue monitorando ativamente a situação da COVID-19 e seu referido impacto. Com o advento da vacinação em massa da população e o retorno gradativo a normalidade do período pré-pandemia, a Associação tem retomado as suas atividades normais.

Quanto a possíveis impactos advindos da pandemia de COVID-19, a Administração informa que não prevê nenhuma alteração significativa operacional, bem como econômico-financeira em suas atividades e/ou outros riscos de mercado além daqueles em que a Associação já está sujeita.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração do Associação e compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e o pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com interpretação para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), relativa a entidades sem fins lucrativos.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda do principal ambiente econômico da Associação, sendo, portanto, também a moeda funcional.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3.4. Principais práticas contábeis adotadas

3.4.1. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos e recursos financeiros, que representam saldos de bancos e conta corrente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos, conta movimento com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, e são utilizadas na quitação de obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos avaliados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: projetos a executar.

Tal passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esse passivo financeiro é medido pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluindo operações de “hedge”.

3.4.2. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumulado, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Associação aluga espaços de coworking para a realização de suas atividades operacionais, quando necessário.

3.4.3. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.4.4. Passivo circulante

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.4.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.4.6. Apuração do superávit do exercício

O superávit das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

3.4.7. Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

(ii) Receitas com contribuições associativas e doações

A Associação recebe contribuições associativas e doações de pessoas físicas e jurídicas, reconhecidas por regime de competência.

(iii) Receita com projetos

Contribuições e doações vinculadas a projetos são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados. Quando ocorrem repasses aos projetos, são reconhecidos contabilmente nas despesas.

3.4.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem outras tarifas em conta corrente.

3.4.9. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021 a Associação registrou o montante de R\$7.334 (R\$8.381 em 2020) referente a trabalhos voluntários.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	1.735.612	1.491.483
Aplicações Financeiras (a)	<u>883.367</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.618.979</u>	<u>1.491.483</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com taxa média de 104,2%, contratadas em bancos de primeira linha.

5. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	17.000
Adiantamentos a colaboradores	2.800	-
Impostos a recuperar	<u>25.391</u>	<u>1.029</u>
Total	<u>28.191</u>	<u>18.029</u>

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação%	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Software e Hardware	20	373	373
Marcas e Patentes	10	<u>3.300</u>	<u>3.300</u>
Total		<u>3.673</u>	<u>3.673</u>

7. PROJETOS A PAGAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projetos a Pagar (a)	<u>429.072</u>	<u>752.750</u>
Total	<u>429.072</u>	<u>752.750</u>

(a) Referem-se a Projetos:

- 2021: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (Mele) em virtude da pandemia o projeto teve seu cronograma alterado, devendo ser pago em 2022.
- 2020: Todos pela Educação (Educação que dá certo) em virtude da Pandemia o cronograma do projeto foi alterado, por decisão conjunta das partes, o qual foi integralmente pago em 2021.

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Associação, no curso normal de suas atividades está sujeita a processos de natureza trabalhistas, cível e tributária. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, e quando aplicável determina ou não a necessidade da constituição de provisão para contingências. Em 2021 o montante é de R\$269.907.

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Associação é formado pela datação inicial de seus Associados e pelos superávits acumulados em cada exercício que após sua aprovação são incorporados à rubrica Patrimônio social.

O superávit/(déficit) do exercício deverá ser absorvido no patrimônio social durante o exercício social seguinte, após a aprovação das demonstrações financeiras do exercício corrente pela Diretoria.

O patrimônio social da Associação é de R\$2.745.588 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.002.822 em 2020) montante necessário ao início e manutenção de suas atividades, integralizado em moeda nacional.

O Bem Maior poderá ser dissolvido ou extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral Extraordinária.

Em caso de dissolução ou extinção do Bem Maior, todo o seu patrimônio remanescente deverá ser destinado para outra entidade sem fins lucrativos com fins idênticos ou semelhantes e que atenda à mesma legislação a que o Bem Maior é submetido, inclusive a Lei federal nº 13.019/14; ou será transferido a entidade pública, respeitado o Código Civil.

É vedado aos associados e membros receberem em restituição as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio do Bem Maior. Dessa forma, o patrimônio social é proveniente da dotação inicial de seus Associados Mantenedores, que assumem compromisso de fazer aporte ao patrimônio social da Associação, nos termos do Estatuto Social, integralizado em moeda nacional.

10. RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita com contribuições associativas	13.375.000	10.740.000
Receita de doações	-	2.000.000
Receitas com projetos	2.400.000	4.000.000
Receita Campanha Dias Melhores BSocial	6.494	1.495.228
Outras receitas	-	68.500
Receita com trabalhos voluntários	<u>7.334</u>	<u>8.381</u>
Total	<u>15.788.828</u>	<u>18.312.109</u>

11. DESPESAS COM PROJETOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com projetos de impacto comunitário (a)	(1.834.080)	(3.926.177)
Despesas com projetos estruturantes (b)	(9.495.154)	(8.038.186)
Despesas com enfrentamento a pandemia (c)	(300.000)	(794.095)
Repasse campanha dias melhores Bsocial (d)	(25.056)	(1.474.532)
Despesas com projetos restritos (e)	(2.466.180)	(3.926.992)
Despesas com fóruns e eventos (f)	(416.650)	(241.500)
Total	<u>(14.537.120)</u>	<u>(18.401.482)</u>

A seguir apresentamos a composição das despesas aplicadas nos projetos da Associação:

- (a) Projetos de impacto comunitário: Referem-se aos editais lançados nacionalmente pelo MBM e tem como objetivo principal apoiar organizações da sociedade civil e coletivos. A gestão desses Editais 19/20 e 20/21 ficaram a cargo do Instituto Phi, que assessora os projetos apoiados.
- (b) Projetos estruturantes: Referem-se a investimento social estratégico em organizações que alavancam o impacto social:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Instituto Gerando Falcões (Expansão Rede)	(2.500.000)	(3.000.000)
Todos Pela Educação (Educação que dá certo)	(1.937.750)	(2.333.250)
Instituto IUNGO (Formação Continuada de Professores e Gestores Escolares)	(4.000.000)	(2.000.000)
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (BNCC e Mele)	(1.057.404)	(704.936)
Total	<u>(9.495.154)</u>	<u>(8.038.186)</u>

- (c) Enfrentamento a pandemia COVID-19:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ações Covid-19 (Cestas Básicas para Entidades Assistidas nos Editais 19/20 e 20/21)	(300.000)	(769.095)
Ação Cidadania (Ação Contra o Corona)	-	(25.000)
Total	<u>(300.000)</u>	<u>(794.095)</u>

- (d) Dias Melhores - MG: Doações recebidas através da plataforma BSocial com Gestão do MBM, com o objetivo do fortalecimento do Sistema público de saúde, através de Compra de EPI's para hospitais do Estado de Minas Gerais e compra de Cestas Básicas em 2020 foram gastos R\$1.474.532 e em 2021 R\$25.056.

(e) Despesas com Projetos Restritos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Projeto Orcan (Doação de óculos Inteligentes) (1)	(79.100)	(428.325)
Fundo Emergencial da Saúde (2)	-	(998.667)
Estímulo 2020 (3)	-	(2.500.000)
Assoc. Parceiros da Educação (4)	(750.000)	-
Amigos do Bem (5)	(225.000)	-
Transforma Brasil (6)	(200.000)	-
Instituto Velho Amigo (7)	(25.080)	-
Assoc. Nacional das Universidades Particulares ANUP (8)	(500.000)	-
Associação Voto Real (9)	(200.000)	-
Instituto Ayrton Senna (10)	(187.000)	-
Associação Renova BR (11)	(300.000)	-
Total	<u>(2.466.180)</u>	<u>(3.926.992)</u>

- (1) Projeto Orcan - Doações de óculos inteligentes para deficientes Visuais - parceria com a Secretaria de Educação do Governo da Bahia e Goiás.
- (2) Estruturação do Fundo Emergencial para Saúde para doações e fortalecimento do sistema público de Saúde.
- (3) Associação Estímulo 2020 - Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor: ajudar a preservar micro e pequenas empresas, com ajuda monetária e pacote de treinamento e qualificação desenhado pelo Ibmec.
- (4) Associação Parceiros da Educação: Projeto de Parcerias com Diretoria de Ensino - Sul 1 e Sul 2.
- (5) Amigos do Bem Inst. Nac. Contra a Fome e a Miséria: Tem como objetivo desenvolver programas assistenciais que visem à erradicação da pobreza, o fortalecimento dos vínculos afetivos, fortalecer os movimentos sociais e a integração ao mercado de trabalho.
- (6) Assoc. Transforma Brasil: Doação para Fundo SOS Manaus.
- (7) Instituto Velho Amigo: Doação de Cestas Básicas.
- (8) Assoc. Nac. Universidades Particulares ANUP: Programa de Fortalecimento Escolar do Arquipélago Marajoara – Rede Mondô.
- (9) Associação Voto Real: Projeto de Ação de Planejamento 2021/2022 do Ranking dos Políticos.
- (10) Instituto Ayrton Senna: Doação para Campanha McDia Feliz.
- (11) Associação Renova BR: Escola de Formação Política que prepara pessoas comuns de diferentes origens e posicionamentos que desejam participar da Democracia Brasileira.
- (f) Despesas com Fóruns e Eventos: Eventos ligados à fomentação e disseminação da Cultura de Doação no País; tais como; Fórum Brasileiro de Filantropia; Dia de Doar; Advocacy.

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	(253.558)	(18.201)
Despesas gerais e administrativas	(1.963.714)	(1.187.891)
Impostos, Taxas e Contribuições	(6.462)	(4.412)
Despesas com Trabalhos Voluntários	<u>(7.334)</u>	<u>(8.381)</u>
Total	<u>(2.231.068)</u>	<u>(1.218.885)</u>

13. ISENÇÕES E RENÚNCIA FISCAL

a. Isenções

O MBM é certificado com a Isenção do Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Por meio do Processo IS01311526 – DRTC-III o MBM encontra-se Isento do Recolhimento do Imposto até 08/09/2023.

Tal isenção foi obtida nos termos do Decreto 46.655/02, após o reconhecimento do papel do MBM enquanto organização vinculada à promoção dos Direitos Humanos através do Processo 2019/00007, Certificado nº 2092 emitido pela Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

b. Renúncia Fiscal

Em atendimento ao item 27, letra c da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica).
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).
- PIS sobre as receitas próprias.
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

15. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Associação não apresentou quaisquer avais, fianças e garantias.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelos membros do Conselho do MBM em 12 de dezembro de 2022.

Ana Carolina Monteiro de Barros Matarazzo
Presidente

Valdemar Bezerra Contador
CRC 1SP 212.815/O-9